

Ata N.º <b>04/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DA ATA N.º 04/2014 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014**

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de setembro do ano em curso, pelas catorze horas, com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta ata e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Helena Isabel Mota Afonso Reis, primeira secretária, e os seguintes Membros: ----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa, Manuel Morais Ramos, Mário Jorge Martinho Morgado, António Manuel Rodrigues Coelho, Ilídio Silva Ferreira, Fernando da Costa Félix, Rosa Cristina Clara Alves Pinto, José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves, Paula Cristina Sá Nascimento, José Manuel Afonso Rodrigues, Jorge Manuel Silva Cerdeira, Amândio Martinho Salvador, Augusto Marques Moreira, e Ilídio Afonso da Cruz.-----

----- Não compareceram à reunião os membros Srs. José Luís Lopes Ramos, Maria do Rosário Morgado Simões, Jorge Manuel Pereira Reis, Diogo Martins Cardoso.

----- Nos termos da alínea r) do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, participou na sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ao abrigo do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, participou na Sessão a Sr.ª Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora em regime de permanência e Vice-Presidente da Câmara. -----

----- Dada a ausência do Sr. José Luís Lopes Ramos, segundo secretário, o Sr. Presidente da Assembleia chamou para a Mesa o Sr. Mário Jorge Martinho Morgado.

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram catorze horas e cinco minutos, verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

**-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----**

**----- 1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----**

**----- a) Expediente recebido -----**

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 30 de junho e 29 de setembro de 2014.-----

**----- 1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”; -----**

----- Abertas as inscrições para este ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros, como segue: -----

----- Sr. José Manuel Correia Alves, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da extinção do contrato da empreitada do Centro Educativo e pretendeu também saber o porque do fecho dos fontanários durante a época de verão.-----

----- Sr. José Manuel Rodrigues, pretendeu saber quais os custos que a Câmara teve com a rescisão do contrato da empreitada do Centro Educativo.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara prestou à Assembleia Municipal os esclarecimentos sobre as questões levantadas, tendo referido que o projeto da obra do Centro Educativo, atualmente, e dada a redução de alunos não se justifica. O importante é requalificar o atual edifício do 1.º ciclo do ensino. Quanto aos custos com a rescisão do contrato da empreitada foram de quatro mil duzentos e quarenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos -----

----- De seguida passou-se à análise da ordem do dia, oportunamente enviada a todos os membros, como segue:-----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) - Apreciação e votação dos texto definitivo da ata da sessão ordinária do dia 30 de Junho de 2014, aprovada em minuta na própria reunião.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 30 de junho do ano em curso. -----

----- **b) 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do exercício de 2014** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 19 de setembro de 2014 – Apreciação e votação.-----

----- O Sr. Presidente justificou a necessidade desta 2.ª Revisão às GOP e Orçamento, que se deve à inscrição do projeto “ Fornecimento e Montagem de Transformador de Potência na Estação Elevatória da Azenha, em Alhais” no valor de catorze mil, setecentos e sessenta euros. -----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos membros, Srs. Fernando Félix, Amândio Salvador, José Manuel Correia Alves, Paula Sá e Rosa Cristina Alves Pinto, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do exercício de 2014.-----

----- **c) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa de IMI dos prédios urbanos para vigorar em 2015** - Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 19 de setembro de 2014 – Apreciação e votação.-----

Ata N.º <b>04/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal datada de 12 de setembro, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 19 de Setembro de 2014, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) O art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, estabelece o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte.*

*b) De acordo com o n.º 5 do art.º 112.º, compete aos municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, fixar a taxa do IMI a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nomeadamente na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, que variam atualmente entre 0,3% e 5%, podendo esta ser fixada por freguesia.*

*c) O referido art.º 112.º prevê a aplicação de outras taxas diferenciadas de IMI, como é o caso nomeadamente:*

*i) Do seu n.º 3 ao prever a possibilidade da taxa prevista na alínea c) do n.º 1 e referida na alínea b), poder ser elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio; consideram-se devolutos os prédios assim definidos no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de Agosto, e prédios em ruínas os que tenham sido objeto de intimação para execução de obras de conservação ou de demolição total ou parcial nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art.º 89.º do regime jurídico de urbanização e edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março (esta norma não sofre qualquer alteração com a recente alteração introduzida ao RJUE pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que entrará em vigor em 7 de janeiro de 2015);*

*ii) Do seu n.º 8 ao prever a possibilidade de majoração até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.*

*d) Muito embora não sejam objeto da presente proposta as situações previstas na alínea anterior, poderão vir a ser propostas em próximos anos, atendendo à situação de prédios devolutos ou em ruínas existentes na área do Município que colocam em perigo a segurança de pessoas e bens.*

*e) Em conformidade com o n.º 13 do mesmo artigo 112.º, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida no n.º 1 do referido artigo e indicada na alínea anterior, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.*

*Assim, em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a fixação da taxa do IMI para vigorar na área do Município de Vila Nova de Paiva no ano de 2015, pela taxa mínima prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI, ou seja, a taxa de 0,3%.”*

O Sr. Presidente da Câmara prestou algumas declarações, tendo dito nomeadamente que a Câmara pode agravar a tributação dos prédios abandonados e degradados, que muitas vezes põem em perigo as populações. Assim como pode também tributar com agravamento os prédios rústicos que estejam abandonados e por limpar, pois estes impedem prevenção e o Controlo dos incêndios.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros, como segue:-----

----- Sr. José Manuel Correia Alves, corroborou as declarações do Sr. Presidente da Câmara e sugeriu que a Câmara tome medidas de incentivo para a recuperação dos prédios urbanos degradados e abandonados.-----

----- Sr. António Coelho referiu-se à importância da Georreferenciação dos terrenos.

----- Sr. Manuel Ramos, disse que o importante seria incentivar o emparcelamento dos pequenos terrenos existentes, que devido à sua reduzida dimensão estão cheios de silvas e outra vegetação espontânea. -----

----- Findas as intervenções o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação a alteração em epígrafe.-----

----- **DELIBERAÇÃO** : Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- **e) Apreciação da Actividade Municipal** desenvolvida durante os meses de Maio e Junho do ano em curso, mapas contendo a informação sobre a situação financeira do Município, informação sobre os processos judiciais em curso, nos termos do artº 25º, nº 2, alínea c) do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----- O Presidente da Câmara, referiu que uma vez que, a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- O Sr. Fernando Félix usou da palavra para referir o seguinte: -----

Ata N.º <b>04/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me que aborde agora um assunto que não abordei no período antes da ordem do dia por ter a expectativa que o mesmo seria abordado pelo Sr. Presidente da Câmara no decurso da reunião. Como tal não aconteceu e o assunto poder ser enquadrado na atividade municipal desenvolvida permitam-me que confirme junto do Sr. Presidente da Câmara o seguinte: tive conhecimento que os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões foram selecionados (juntamente com os das CIM’S de Leiria e Oeste Alto Tâmega) para integrarem o projeto-piloto de arranque/experimentação do programa nacional “Aproximar”. Este programa, a implementar brevemente pelo Governo, consistirá no “centralizar” dos serviços de atendimento da Administração Pública (Finanças, Segurança Social, Conservatórias, etc) em “Lojas do Cidadão Municipais” e procurará otimizar os recursos materiais e humanos públicos e garantir a manutenção de uma Administração Pública de proximidade, consubstanciando assim uma estratégia diferente e alternativa à do fecho dos serviços públicos consagrada no memorando assinado com a Troika. Além da criação das “Lojas do Cidadão Municipais” este programa prevê ainda “soluções de mobilidade” como as “carrinhas do cidadão” e o “serviço porta-a-porta” e como se trata de uma iniciativa interessante para o interior do País, de evidente sinal contrário às políticas de encerramento dos serviços públicos mais frequentes nos últimos tempos, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que informe esta Assembleia do estado do processo/programa. “*

----- O Sr. Presidente da Câmara, informou que através do programa “Aproximar” será criado no Concelho de Vila Nova de Paiva o “Espaço do Cidadão” onde serão agrupados todos os serviços públicos da Administração Central e outros tais como eletricidade, telefones, etc.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos 71.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Do público presente inscreveu-se e usou da palavra o Sr. Serafim Ferreira de Almeida, da Lousadela, que chamou a atenção para a falta de placas de sinalização da povoação de Lousadela e também para a falta de nome das ruas naquela localidade.

----- O Sr. Augusto Videira Martins, de Fráguas, usou também da palavra para se referir às casas em ruínas existentes em Fráguas, e ao IMI daquelas propriedades. Alertou ainda para a questão do saneamento em Fráguas e para o facto de muitas

